

1 **COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA**  
2 **CATARINA (CIB/SC)**

3 ATA Nº 04/2013

4 Ao vigésimo oitavo dia do mês de maio de dois mil e treze, às treze horas, no Auditório da  
5 Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em Lages, realizou-se a Reunião  
6 Plenária Ordinária da CIB sob a coordenação de Eleudemar Ferreira Rodrigues,  
7 representante da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST),  
8 com a presença dos seguintes membros: representantes da SST - Simone Cristina Vieira  
9 Machado, Fabiana Vieira, Kátia Ribeiro Freitas, Luis Antônio Caon, Jerônimo Luiz Duarte  
10 Maia; e representantes do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social  
11 (COEGEMAS) – Ana Cláudia da Silveira Quege - Presidente do COEGEMAS (Três Barras),  
12 Filipe dos Reis (Ibirama), Dionísio Kohl (Xanxerê), John Lenon Teodoro (Camboriú), Belenite  
13 Maria Frozza (Chapecó), Alessandro Balbi Abreu (Capital). Ainda estavam presentes gerentes  
14 da SST, secretários e técnicos municipais, representantes das câmaras técnicas, secretarias  
15 regionais e associações de municípios, cuja lista de presença segue anexa. O coordenador  
16 iniciou a reunião desejando boas vindas a todos os presentes e apresentou a **Ordem do Dia**.  
17 Em discussão, foi solicitada a alteração do item “Inclusão de pagamento de pessoal nas  
18 despesas de custeio no cofinanciamento estadual” para “Apresentação do projeto de lei que  
19 acrescenta dispositivo na lei do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS)” e “Critérios  
20 para seleção de municípios a constituírem a lista de espera na ocorrência de saldo  
21 remanescente do cofinanciamento dos serviços de proteção social especial de média e alta  
22 complexidade” para “Panorama de cofinanciamento dos serviços de média e alta  
23 complexidade e estabelecimento de prazo para retificação de documentação e repasse de  
24 recursos dos municípios”. Foi solicitada também a supressão do item “Apresentação de  
25 critérios para seleção de municípios para construções de Centros de Referência de  
26 Assistência Social (CRAS)”. A presidente do COEGEMAS solicitou a inclusão do item  
27 “Municípios em gestão inicial ou em gestão básica sem CRAS ativo que não entraram no  
28 reordenamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)” para esta  
29 reunião, e a inclusão do item “Município de Governador Celso Ramos – implantação de CRAS  
30 e oferta de Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)” para a próxima  
31 reunião. Após, a ordem do dia foi aprovada pelo plenário: **1º Leitura e apreciação da ata da**  
32 **reunião anterior:** após discussão, a ata foi aprovada pelos membros presentes. **2º**  
33 **Correspondências recebidas:** a secretária executiva apresentou a relação de ofícios  
34 encaminhados pela SST à CIB e ofícios encaminhados diretamente à CIB sobre solicitação  
35 de equipamentos sociais e veículos, e os seguintes assuntos diversos: Ofício nº 071/2013 -  
36 Prefeitura de Blumenau – solicitação de oficialização sobre construção de CRAS e Centro  
37 Dia; Ofício nº 77/2013 – Prefeitura de Celso Ramos – comunicando que a Prefeitura  
38 implantou o CRAS e irá solicitar mudança de gestão inicial para gestão básica, em junho;  
39 Ofício 015/2013 – Prefeitura de Angelina – informando que solicitará habilitação em gestão  
40 básica; e Ofício nº 16/2013 - Prefeitura Correia Pinto - desistência de construção de CRAS. **3º**  
41 **Terminal de Autoatendimento ao Cidadão:** Decka Cortese, gerente de tecnologia da  
42 informação da SST, apresentou o conceito, objetivos e principais programas, esclarecendo  
43 que os referidos terminais permitem a consulta aos principais programas sociais do governo;  
44 caracteriza-se como um instrumento de coleta dados e informações sobre as famílias em

45 vulnerabilidade social; facilita o cadastramento de beneficiários; permite o encaminhamento  
46 correto do cidadão atendido pelo agente da assistência social e produz relatórios gerenciais.  
47 Esses terminais têm como objetivo fornecer solução de autoatendimento integrada e ampliar  
48 a busca ativa e a inclusão social do cidadão. A previsão é instalar mil unidades no Estado,  
49 com investimentos de 11 (onze) milhões de reais, até meados do ano de 2014. Informou que  
50 o valor unitário do equipamento é 9.095,00 (nove mil e noventa e cinco) reais e atende os  
51 principais programas da assistência social, trabalho, habitação e combate a fome. O  
52 coordenador destacou que 3 (três) mil profissionais serão capacitados para operacionalização  
53 do sistema. Destacou a importância do sistema para a comunicação em rede e entre as  
54 políticas setoriais. O coordenador lembrou que serão investidos 6 (seis) milhões de reais em  
55 veículos, onde será destinado um veículo para cada município que tiver CRAS implantado,  
56 visando realizar a busca ativa. Os membros do plenário lançaram questionamentos acerca do  
57 gerenciamento e monitoramento dos serviços desses terminais. O coordenador ressaltou que  
58 os municípios, ao receberem os equipamentos, assinam um termo de responsabilidade com a  
59 atribuição de garantir internet e rede elétrica, e designar três profissionais para serem  
60 orientados sobre o funcionamento do equipamento. Ainda informou que a empresa vencedora  
61 da concorrência pública terá a responsabilidade de disponibilizar dois profissionais atuando  
62 na gerência de tecnologia da informação da SST para prestar orientações aos municípios. As  
63 secretárias Ana Cláudia e Belenite Frozza reiteraram a importância de priorizar os recursos  
64 para a proteção social básica no cenário atual, em que a maioria dos municípios é de  
65 pequeno porte e enfrentam problemas na gestão e nos serviços. O coordenador destacou que  
66 os equipamentos serão financiados com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento  
67 Econômico e Social (BNDES), e que esses só podem ser utilizados para investimentos. Ainda  
68 destacou que a gestão estadual pretende cofinanciar as equipes de referência para os  
69 serviços de proteção social básica. Ainda informou que mais de 800 (oitocentos) locais já  
70 ratificaram o interesse pelo equipamento assinando o termo de compromisso. Simone  
71 Machado reforçou que esta ação não é isolada, mas que integra um conjunto de ações  
72 estratégicas para a busca ativa. Por fim, o coordenador esclareceu que este projeto é pioneiro  
73 no Brasil e que os terminais não foram pré-testados, mas que foram inspirados no conceito de  
74 atendimento bancário. **4º Apresentação do projeto de lei que acrescenta dispositivo na**  
75 **lei do FEAS:** Kátia Freitas lembrou que na última reunião, a CIB levantou a questão da  
76 inclusão de pagamento de pessoal nas despesas de custeio no cofinanciamento estadual.  
77 Sendo assim, apresentou a proposta do projeto de lei nº 0007.3/2013 em que o Governo  
78 propõe a inserção do inciso IX ao artigo 3º da lei complementar nº 143, de 1995 (lei do FEAS)  
79 com a seguinte disposição: “manutenção e custeio do próprio fundo, inclusive para  
80 pagamento das despesas com pessoal e encargos sociais”. A Diretora de Assuntos  
81 Legislativos expediu Ofício nº 2136/13 solicitando esclarecimentos sobre a Lei Federal nº  
82 8.742, de 07/12/1993 – Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e manifestação do  
83 Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) quanto à aplicação de recursos do fundo. O  
84 Secretário da SST, Dr. João José Cândido da Silva, respondeu por meio do ofício nº  
85 330/2013. O Secretário encaminhou ao CEAS ofício para manifestação. A Presidente do  
86 CEAS não fez inclusão na pauta da Assembleia Ordinária e encaminhou à Comissão de  
87 Finanças e Orçamento para apreciação e parecer. Após apresentação, foi solicitada ao  
88 COEGEMAS articulação junto ao CEAS para uma apreciação rápida, tendo em vista que em

89 agosto deste ano inicia a elaboração do orçamento de 2014, e pretende-se considerar esta  
90 nova alteração na Lei. **5° Panorama de cofinanciamento dos serviços de média e alta**  
91 **complexidade e estabelecimento de prazos para retificação de documentação e**  
92 **repasso de recursos dos municípios.** A gerente de contratos e convênios da SST, Daniela  
93 Barbosa, informou que o prazo final para entrega de documentação referente ao  
94 cofinanciamento de Benefícios Eventuais será até 3 (três) de junho, já que 30 (trinta) de maio  
95 é feriado, e que em junho iniciarão os repasses de recursos deste cofinanciamento em  
96 parcela única. No que se refere ao cofinanciamento dos serviços de proteção social especial,  
97 Daniela informou que na média complexidade já foram encaminhados os pagamentos de 34  
98 (trinta e quatro) municípios, e que 3 (três) municípios encontram-se com pendência de  
99 documentação. Atualmente o saldo deste cofinanciamento está em 253 (duzentos e cinquenta  
100 e três) mil reais. Na alta complexidade 34 (trinta e quatro) municípios estão com pendências  
101 na documentação, não entregaram a documentação ou recusaram o cofinanciamento.  
102 Atualmente o saldo deste cofinanciamento está em 630 (seiscentos e trinta) mil reais. Daniela  
103 ressaltou que a gerência, juntamente com a diretoria de assistência social, está realizando  
104 contato com esses 34 (trinta e quatro) municípios, e que a relação dos municípios com as  
105 respectivas pendências está disponibilizada no portal da SST. Após discussão, o plenário  
106 estabeleceu o prazo até 30 (trinta) de junho de 2013 para que os municípios aptos a  
107 receberem o cofinanciamento dos serviços de média e alta complexidade entreguem os  
108 documentos pendentes para retificação na gerência de contratos e convênios da SST/SC. **6°**  
109 **Atualização do texto do Plano Estadual de Capacitação do Sistema Único de**  
110 **Assistência Social de Santa Catarina – PECSUAS/SC.** A analista técnica da SST, Leticia  
111 Martins, apresentou a proposta de revisão, ressaltando que em 2012 o referido plano foi  
112 elaborado pela DIAS/SST, sendo pactuado pela CIB por meio da Resolução nº 06/2012 e  
113 deliberado pelo CEAS por meio da Resolução nº 03/2012. Destacou que, no item sobre  
114 monitoramento e avaliação do plano, está definido que esse será submetido à revisão,  
115 anualmente, e sofrerá as alterações demandadas pela gestão do trabalho da SST. Sendo  
116 assim, a SST realizou as seguintes revisões no texto do PECSUAS/SC: atualização do  
117 diagnóstico do plano, de acordo com os dados coletados por meio do Censo SUAS 2012,  
118 junto à gerência de monitoramento e avaliação da SST; e readequações nas diretrizes e  
119 estratégias do PECSUAS/SC. Após apresentação, o plenário pactuou a revisão do referido  
120 plano. **7° Indicação de representante da CIB no Grupo de Trabalho - GT Lei do SUAS:** O  
121 plenário indicou os representantes, secretário Alessandro Balbi Abreu (titular) e Oclides  
122 Gonçalves Rodrigues (suplente). **8° Reunião extraordinária da CIB:** O plenário aprovou a  
123 proposta de data - 1° de julho de 2013 - para a realização da reunião extraordinária da CIB,  
124 com os seguintes pontos de pauta: saldo remanescente do cofinanciamento dos serviços de  
125 média e alta complexidade e benefícios eventuais; cofinanciamento benefícios eventuais para  
126 2014; cofinanciamento dos serviços de PAIF/ CRAS (equipes de referência); entre outros. **9°**  
127 **Informes: Informe CIB** – a secretária executiva informou sobre as pactuações realizadas na  
128 Comissão Intergestores Tripartite (CIT) em 17 de maio de 2013. São elas: parâmetros e  
129 critérios para transferências de recursos do cofinanciamento federal para a oferta do serviço  
130 de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências no âmbito do SUAS; e  
131 critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão do  
132 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) ofertado

133 no âmbito do CREAS para o exercício de 2013. Além disso, informou que em Santa Catarina,  
134 até 13 de maio de 2013, 45 (quarenta e cinco) unidades/ municípios estavam com pendência  
135 de preenchimento do relatório mensal de atendimento no mês de janeiro. O Estado solicita a  
136 esses municípios que regularizem imediatamente a situação de preenchimento dessas  
137 informações, já que são elas que subsidiam a expansão da oferta do PAIF e do PAEFI.  
138 **Informe Câmara Técnica/ SCFV** – a coordenadora dessa câmara técnica apresentou o  
139 informe a respeito do reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de  
140 Vínculos, apresentando os objetivos e critérios para adesão. Lembrou que o cofinanciamento  
141 da oferta desse serviço se dará por meio de um único piso, onde os recursos são oriundos  
142 dos pisos que atualmente cofinanciam o Projovem Adolescente, Programa de Erradicação do  
143 Trabalho Infantil e Crianças de até 06 (seis) anos e Idosos. Destacou ainda que o aceite  
144 deverá ser realizado até o dia 24 de junho de 2013, e que o município que não realizar o  
145 aceite perderá o cofinanciamento atual. Na ocasião, a coordenadora destacou que os  
146 municípios em gestão inicial ou em gestão básica sem CRAS ativo perderão esse  
147 cofinanciamento. Mas, lembrou que segundo informação do Ministério de Desenvolvimento  
148 Social (MDS), até final do ano outras expansões poderão ocorrer. Após discussão, Ana  
149 Cláudia solicitou a SST realização de apoio técnico aos municípios que se encontram nessas  
150 situações. Simone Machado lembrou que a diretoria tem um plano de ação para  
151 acompanhamento dos municípios que estão em gestão inicial, e que pretendem realizar  
152 reunião com os prefeitos e secretários desses municípios para orientações e esclarecimentos.  
153 **Informe DIAS/SST** – Simone Machado lembrou sobre o prazo de finalização para o  
154 preenchimento do Plano de Ação (30/06/2013), prazo para realização das Conferências  
155 Municipais (de 08/05/2013 à 09/08/2013), prazo para preenchimento do Termo de Aceite do  
156 programa ACESSUAS pelo município (31/05/2013) e prazo para inscrição nos Seminários  
157 Estaduais de Formação sobre o Programa BPC na Escola (29/05/2013). Informou ainda que  
158 as capacitações voltadas para os contadores e para elaboração dos planos municipais de  
159 assistência social tiveram início no dia 27/05/2013. Na ocasião, a técnica do município de São  
160 José informou que no dia anterior ocorreu a primeira capacitação relativa a elaboração dos  
161 planos municipais, e que houveram poucos municípios participantes. Ainda sugeriu que o  
162 Estado ficasse atento com a qualificação dos profissionais que estão ministrando as  
163 capacitações, já que o profissional que estava ministrando essa capacitação não tinha  
164 formação e conhecimento na área. Sobre este assunto, Simone Machado informou que  
165 encaminhou técnicos da SST para acompanhar o trabalho. Informou ainda que a SST fará  
166 reunião com a empresa contratada por meio de licitação, e se não houver respostas a esses  
167 problemas, serão utilizados os instrumentos legais. Aproveitou para solicitar que os  
168 participantes que identificarem problemas em relação à capacitação entrem em contato com a  
169 SST. Na oportunidade, a gerente de assistência social da secretaria de desenvolvimento  
170 regional de Joaçaba destacou que a Escola de Gestão Pública Municipal (EGEM) está  
171 realizando capacitações para elaboração dos planos municipais e que estão sendo realizadas  
172 consultorias por meio das associações de municípios. Após, o coordenador comunicou que  
173 aquilo que não estiver sendo executado a contento, a SST tomará as providências dentro da  
174 legalidade. **Informe COEGEMAS** – Ana Cláudia informou que a próxima reunião será  
175 realizada em 1º de julho de 2013 e que o COEGEMAS irá participar das reuniões da CIT,  
176 juntamente com a SST e secretaria executiva da CIB. Para finalizar, o coordenador solicitou a

177 indicação de um membro representante do COEGEMAS, no plenário, para acompanhar o  
178 processo de licitação dos terminais de autoatendimento e sua implantação. O coordenador  
179 agradeceu a presença da Presidente do COEGEMAS e dos membros da CIB, o acolhimento  
180 da secretaria de assistência social de Lages e da reitoria da UDESC, a participação da  
181 Secretaria de Desenvolvimento Regional de Lages, do Prefeito de Governador Celso Ramos,  
182 Vice-Prefeito de Lindóia do Sul, secretários municipais e demais convidados. Nada mais  
183 havendo a tratar, eu Liliâne Sena, secretária executiva da CIB, lavrei a presente ata.